LICENCIATURA PARA ENFERMEIRA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Maria José Banza de Arruda ()*

1 — INTRODUÇÃO

A Licenciatura em Enfermagem, destinada a preparar pedagogicamente o enfermeiro para o ensino das disciplinas de Enfermagem, Programa de Saúde e Higiene nos cursos de nível médio, teve início com a Portaria n.º 13 do Ministério da Educação e Cultura, datada de 10 de janeiro de 1969 e publicada no Diário Oficial da União em 23 de janeiro do mesmo ano.

Com base nessa Portaria, a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, com a participação da Faculdade de Enfermagem da mesma Universidade, iniciou naquele ano o referido curso, tendo licenciado de 1969 a 1971 um total de 18 enfermeiras, na maioria componentes do corpo docente dos cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem.

No presente ano letivo (1972), há 36 enfermeiras matriculadas nesse Curso naquela Universidade.

A Portaria acima aludida foi substituída pela Portaria n.º 432 BSB, de 10 de julho de 1971, também do Ministério da Educação e Cultura, publicada no Diário Oficial da União, no dia 26 de julho de 1971, que aprovou os esquemas I e II para a formação de professores de disciplinas especializadas do ensino médio, respectivamente para portadores de diplomas de grau superior e portadores de diploma de 2.º grau.

É neste último esquema que se situa a licenciatura para o técnico de enfermagem.

(*) Prof. Adjunto do Departamento de Enfermagem Materna e da Criança e do Departamento de Orientação da Aprendizagem da Universidade Federal de Pernambuco
Membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação.

2 — LICENCIATURA PARA ENFERMEIRO

2.1 — *Considerações gerais* — Ao analisar este tópico, justo é que se levante uma bandeira às colegas que, desde os primórdios da enfermagem brasileira, admitiram e implantaram em dois e três níveis a qualificação e formação profissional dos que se dedicam à assistência de enfermagem.

Essa necessidade foi reconhecida pela nova legislação do ensino, que corajosamente estendeu o esquema às demais profissões, sistematizando a formação em três níveis, numa tentativa de criar infra-estrutura, em recursos humanos, para atendimento em horizontal e vertical dos problemas técnicos de um País que se encaminha gigantescamente para o desenvolvimento.

E a nova legislação amplia, para a enfermagem, os horizontes de sua atuação profissional, exigindo para essa maior participação um maior preparo.

No que concerne a licenciatura para o enfermeiro, ela foi incluída no Parecer n.º 163/71 do Conselho Federal de Educação, que determinou o novo currículo do curso de Enfermagem, como uma das diversificações a serem seguidas pelo estudante que conclui o Curso de Graduação de Enfermagem. Estas eram anteriormente feitas para as áreas de Enfermagem Obstétrica e de Enfermagem de Saúde Pública, e agora aquele Parecer acrescenta a área de Enfermagem Médico-Cirúrgica e a área de Ensino (Licenciatura).

A necessidade da formação pedagógico-didática daquele que envereda pelo caminho da transmissão do conhecimento, foi, ao longo da história, inicialmente determinada para os professores do antigo ensino primário, pois se entendia que quanto menor fosse o nível de maturidade do aprendiz, tanto maior seria a necessidade de se saber mais como ensinar do que o que ensinar. Na década de 1930-1940, essa exigência se estendeu aos que se dedicavam ao ensino de nível médio. E embora não haja ainda totalmente substanciada uma didática de nível superior, já é mundialmente reconhecida a necessidade de o docente de qualquer nível de ensino ser preparado para esse mister (7). E assim é que a Universidade Federal de Pernambuco, no seu Plano Geral de Ação para o triênio 73-74-75, recomenda que em todos os cursos de Pós-Graduação seja incluído o ensino de Didática. Aliás, essa disciplina já integrava os currículos de algumas Escolas de Enfermagem, que reconheciam essa necessidade e a ministravam, também com o enfoque de despertar e preparar a enfermeira para a sua atuação de educadora da saúde. O Parecer n.º 163/71 a incluiu agora como disciplina do Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Enfermagem.

Mas a Licenciatura, curso a ser feito no mínimo em um ano e no máximo em três, com uma formação pedagógica e didática dirigida especialmente para o ensino do 1.º e 2.º graus, dá obviamente à enfermeira maior dimensão para atuar como docente em todas situações do ensino de enfermagem.

2.2 — *Currículo* — O Esquema I da Portaria n.º 432 BSB/1971 (3) trata da licenciatura para os portadores de diploma de grau superior, no caso o enfermeiro, com uma complementação pedagógica e cívica de 600 (seiscentas) horas integradas pelas seguintes disciplinas e atividades:

A — DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS:

	Horas-aula
a) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2.º grau	90
b) Psicologia da Educação	90
c) Didática	90
d) Prática de Ensino	290

B — ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS . . 40

600

Diz a Portaria: “Art. 3.º — A disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2.º grau, com a duração mínima de 90 (noventa) horas-aula, focalizará esse grau com ênfase no ensino técnico, devendo ser adequadamente consideradas suas implicações legais e técnicas, princípios e objetivos. Art. 4.º — A disciplina Psicologia da Educação, com duração de 90 (noventa) horas-aula, pelo menos, abrangerá os aspectos de Psicologia da Aprendizagem e de Psicologia da Adolescência aplicados ao fato pedagógico. Art. 5.º — A disciplina Didática, com duração mínima de 90 (noventa) horas-aula, partindo de uma teoria do método, considerando o planejamento, a execução e a verificação de aprendizagem, conterá noções de liderança, elocução, meios e técnicas de comunicação, planejamento e orientação do ensino, organização de laboratórios e unidades de experimentação (tais como áreas de cultivo agrícola, experimentação zootécnica, oficinas e escritórios modelo) organização de currículos, elaboração de programas e análise ocupacional. Parágrafo único — A atividade Prática de Ensino, com duração nunca inferior a 290 (duzentos e noventa) horas-aula, será feita sob a forma de estágio supervisionado em atividades práticas da

habilitação ou habilitações de magistério, precedido sempre que possível de aulas dirigidas ou experimentais, e desenvolvidas em escolas da comunidade”.

2.3 — *Experiência na Universidade Federal de Pernambuco* —

A Licenciatura plena de Enfermagem teve início na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, que desde de 1969 ministra esse curso.

A Faculdade de Enfermagem daquela Universidade participa do mesmo, ministrando a disciplina Prática de Ensino.

Esta disciplina tem, este ano, uma carga horária de 120 horas no 1.º semestre (Prática de Ensino I) e 150 no segundo (Prática de Ensino II).

A carga horária do 1.º semestre está distribuída para uma abordagem de conteúdo teórico-prático de Didática Aplicada à peculiaridade do ensino de Enfermagem (30 horas-aula) e para um estágio de observação no ensino de 2.º grau (90 horas), com uma conotação de Estágio Geral, em que o aluno observa, num Colégio selecionado pelo Professor de Prática de Ensino, o processo pedagógico, acompanhando, numa turma indicada, todo o ensino e atividades que se desenvolvem em torno do aluno com vista a seu desenvolvimento integral (45 horas) e o Estágio Especial que é realizado em cursos médios de Enfermagem, aí com o objetivo de acompanhar, do ponto-de-vista didático, a estrutura e a dinâmica do curso, na sua programação e execução do conteúdo teórico e prático (45 horas).

No segundo semestre, a disciplina Prática de Ensino II, compreende um estágio supervisionado em que o estudante terá que ministrar aula nos cursos médios de Enfermagem e acompanhar atividades pertinentes à aprendizagem prática dos alunos.

O conteúdo teórico-prático de trinta horas-aula em Didática Aplicada à Enfermagem na Prática de Ensino I é ministrado por ter sentido o professor dessa disciplina necessidade de fazê-lo.

De fato, sendo a Didática uma disciplina pedagógica eminentemente prática, seu ensino divorciado da prática específica não tem significado, e para o professor de Didática é humanamente impossível fazer uma abordagem de métodos que atenda às diferentes peculiaridade do ensino das diversas disciplinas.

Talvez, aí se encontre uma das razões porque alguns cursos de licenciatura não têm logrado a consecução de seu principal objetivo, qual seja o de preparar professores que venham a melhorar o ensino médio.

Data vênua, não vemos a viabilidade do ensino de Didática nos cursos de licenciatura, tal como se encontra estruturada no art. 5.º da Portaria n.º 432 de 19 de julho de 1971, do Ministério da Educação e Cultura. Ao contrário, se em vez de o Professor de Didática abordar aspectos peculiares das diversas disciplinas, humanamente impossível para o professor e necessário somente para alguns alunos, seria mais racional que o conteúdo de Didática fosse abordado pelos Professores de Prática de Ensino, considerando que estes têm obrigação de conhecer seu conteúdo, sem o que não poderá coordenar a prática que só tem sentido se bem orientada.

3 — LICENCIATURA PARA TÉCNICO DE ENFERMAGEM

3.1 — *Considerações gerais* — É quase impossível a abordagem desse tópico, sem nos reportarmos, desde o início, ao texto legal que a institui, no caso a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º graus, o Parecer n.º 45/72 do Conselho Federal de Educação e a Portaria n.º 432, já mencionada neste trabalho e que instituiu os Esquemas I e II das licenciaturas.

A lei supra citada em seu art. 30 diz o seguinte: “exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1.º grau, da 1.ª a 4.ª série, habilitação específica de 2.º grau;
- b) no ensino de 1.º grau, da 1.ª a 8.ª série, habilitação específica de grau superior ao nível de graduação representada por licenciatura de 1.º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1.º e 2.º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena.

§ 1.º — Os professores a que se refere a letra “a” poderão lecionar na 5.ª e 6.ª séries do ensino de 1.º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três, mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica.

§ 2.º — Os professores a que se refere a letra “b” poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2.ª série do ensino de 2.º grau, mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

§ 3.º — Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos superiores”.

Parece-nos óbvio que a licenciatura para o Técnico de Enfermagem deveria situar-se na letra “a” do artigo citado.

Entretanto, analisando a Portaria n.º 432, que no Esquema II institui a licenciatura “para portadores de diplomas de técnico de nível médio, com a duração de 1.080 (um mil e oitenta), 1.280 (um mil duzentos e oitenta) ou 1.480 (um mil quatrocentos e oitenta) horas”, vemos a licenciatura do Técnico de Enfermagem situada na letra “b” do art. 30 da Lei do Ensino de 1.º e 2.º graus, o que evidentemente não é licenciatura para técnico senão que um curso superior de curta duração (artigo 12, artigo 13 e parágrafo único e art. 14 da Portaria n.º 432, acima mencionada).

3.2 — Currículo — De acordo com a Portaria que a institui, o currículo da licenciatura para o Técnico de Enfermagem se estrutura da seguinte maneira:

A — DISCIPLINAS PROPEDEÚTICAS:

	Horas-aula
Matemática	100
Economia	90
Administração	90
	<hr/>
	280

B — DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS E CIVICAS:

	Horas-aula
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2.º grau	90
Psicologia da Educação (Psicologia da Aprendizagem e Psicologia da Adolescência)	90
Didática	90
Prática de Ensino	290
Estudo de Problemas Brasileiros	40
	<hr/>
	600

C — DISCIPLINA DE CONTEÚDO

Horas-aula
200
<hr/>
1.080

4 — CONCLUSÃO

As licenciaturas constantes dos Esquemas I e II da Portaria que as instituiu (3) em nada se distinguem, a não ser a necessidade de que os portadores de diploma de técnico de nível médio complementem seu currículo, cursando as três disciplinas de conteúdo (artigos 8.º, 16 e 17) e que também só podem ensinar até à 2.ª série do 2.º grau.

Perguntarão as colegas: E agora, aonde vai o Curso de Enfermagem? Terá seu lugar definido como curso superior, tendendo para a pós-graduação em busca de uma maior qualificação para o planejamento, a realização de tarefas complexas, a assistência de enfermagem especializada, a pesquisa e o ensino superior?

E só deveriam continuar com cursos de enfermagem nesse nível aquelas escolas com recursos humanos e materiais compatíveis com o mesmo. As outras, ministrando o ensino profissionalizante para a formação de técnicos de enfermagem, estarão prestando um excelente serviço à comunidade.

E com a incrementação dos Cursos Técnicos de Enfermagem, é necessário também que haja um processo de melhor seleção do corpo discente que aspira os cursos superiores, de modo a vir corresponder à formação desse nível.

Para isto é necessário que a aprovação em curso de 2.º grau e exames classificatórios (vestibular) seja conduzida através de processos de avaliação que possibilitem formar um conceito de que o candidato aos cursos superiores possui as seguintes aptidões: capacidade para planejar, comparar, analisar, concluir e aplicar; criar, comunicar idéias e resultados e executar tarefas complexas (Anexo).

Nesta capacitação repousará a distinção que irá ser feita entre o técnico e o enfermeiro, em nada se diferenciando daquele, os portadores de diploma de nível superior que não a possuam.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BANZA DE ARRUDA, Maria José — Ensino de Enfermagem -- Perspectivas Face ao Novo Ensino Brasileiro. Nova terminologia profissional. *Estudos Universitários*, Recife, 11 (3): 51-91, ag./set., 1971.
- 2 — BRASIL. Leis, decretos etc. — *Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências.* [s.n.t.] 10 p. mimeogr.

- 3 — BRASIL. Ministério da Educação e Cultura — Portaria n.º 432 BSB, de 19 de julho de 1971. O Ministro de Estado de Educação e Cultura, com fundamento no . . . resolve aprovar as seguintes normas relativas aos cursos superiores de formação de Professores . . . *Diário Oficial*, Brasília, 26 jul. 1971, seção 1 pt. 1 p. 5.847-48.
- 4 — CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 3. Salvador, 1967 — *Anais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968. 2 v.
- 5 — CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Ensino de Primeiro e Segundo Grau — *Parecer n.º 45/72. A qualificação para o trabalho no ensino de 2.º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional*. Brasília, 1972. mimeogr.
- 6 — CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Comissão Central de Revisão dos Currículos — *Parecer n.º 163/72, aprovado em 28-1-72. Currículo mínimo dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia*. [s.n.t.] 5 p. mimeogr.
- 7 — LA FORMATION des Enseignants. *Chronique OMS*, Genève. 24 (10): 501-506, oct. 1970.
- 8 — FORMATION des Membres de l'Equipe de Santé: Méthodologie Pédagogique Moderne. *Chronique OMS*, Genève. 24 (10) 521-523, oct., 1970.
- 9 — GARRISON, Roger H. — What's Different About Community College Teaching? *The Canadian Nurse*, Ottawa, 68 (1): 30-32, jan., 1972.
- 10 — HURD, Jeanne Lemal — Directional Signals for Nursing's Expanding Role. *The Canadian Nurse*, Ottawa, 68 (1): 21-25, jan., 1972.
- 11 — KNELLER, George F. — *Arte e Ciência da Criatividade*. 2.ª ed. São Paulo, IBRASA. Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1971.
- 12 — LIMA, Lauro de Oliveira. *Mutações em educação segundo Mc Luhan*. 3.ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- 13 — NISKIER, Arnaldo — *A Nova Escola; Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Graus*. 6.ª ed. Rio de Janeiro, Bruguera, 1972.
- 14 — NISKIER. — *Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Bruguera, 1970.

- 15 — TAYLOR, Calvin W. — *Criatividade: Progresso e Potencial*. São Paulo, IBRASA — Instituição Brasileira de Difusão Cultural, [c 1971].
- 16 — VASCONCELLOS, José de — O Livro da Reforma; as Profissões (II) cap. 3. *Escola para Professores*, São Paulo, (3): 31-38, mai., 1972.
- 17 — WOLF, Vivian C. Some Implications of Short-Term, Long-Term Memory Theory. *Nursing Forum*, New York, 10 (2): 150-165 abr./jun., 1971.